

DESIGUALDADE SOCIAL E INSEGURANÇA FEMININA EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O ESTUDO DE CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE

SOCIAL INEQUALITY AND FEMALE INSECURITY IN PUBLIC SPACES: THE CASE STUDY OF PRESIDENTE PRUDENTE

FAVARETO, JULIA SALOMÃO DOS SANTOS¹; SUGUIHIRO, VERA LUCIA TIEKO²

¹Mestre, Universidade Estadual de Londrina-PR, ju.salo79@gmail.com;

²Prof.ª Dra., Universidade Estadual de Londrina-PR, suguihiro@uel.com.

RESUMO

Este artigo examina como a desigualdade social contribui para a insegurança vivida pelas mulheres em espaços públicos nas cidades, relacionando aspectos históricos, socioeconômicos e urbanos. A partir de uma análise teórica e de um estudo de caso da cidade de Presidente Prudente, do estado de São Paulo, são discutidas as dinâmicas entre vulnerabilidade social e violência de gênero. O estudo revela como a falta de infraestrutura e o planejamento urbano precário afetam a segurança feminina, evidenciando que áreas com maiores índices de desigualdade tendem a apresentar maior incidência de violência contra as mulheres. Utilizando dados encontrados no centro e em bairros periféricos da cidade, este trabalho propõe recomendações para a formulação de políticas públicas que promovam espaços urbanos mais seguros e inclusivos.

ABSTRACT

This article examines how social inequality contributes to the insecurity experienced by women in public spaces, relating historical, socioeconomic and urban aspects. Based on a theoretical analysis and a case study of the city of Presidente Prudente, the dynamics between social vulnerability and gender-based violence are discussed. The study reveals how the lack of infrastructure and poor urban planning affect female safety, showing that areas with higher levels of inequality tend to have a higher incidence of violence against women. Using data found in the city center and peripheral neighborhoods, this work proposes recommendations for the formulation of public policies that promote safer and more inclusive urban spaces.

Palavras-chave: desigualdade social; insegurança feminina; espaços públicos.

Key-words: social inequality, female insecurity, public spaces.

INTRODUÇÃO

A relação entre desigualdade social e insegurança feminina nos espaços públicos é uma questão complexa e multifacetada, que reflete tanto os desequilíbrios históricos de gênero quanto as características urbanas desiguais das cidades contemporâneas. No contexto brasileiro, essa relação é ainda mais evidente devido às desigualdades estruturais que permeiam as cidades, onde a distribuição de infraestrutura e recursos se dá de forma desigual entre os diferentes estratos sociais. Mulheres de classes mais baixas, frequentemente, enfrentam maiores riscos ao transitarem pelos espaços públicos, especialmente em regiões onde a infraestrutura urbana é específica ou inexistente.

Historicamente, o planejamento urbano foi conduzido sob uma perspectiva masculina, o que, segundo Kern (2021), exclui as necessidades e a vivência das mulheres, gerando um espaço urbano hostil e inseguro para elas. Esse cenário é agravado pelo patriarcado, que historicamente subjugou as mulheres a papéis restritos e limitou sua presença no espaço público. Simone de Beauvoir (1980) já argumentava que a mulher é tratada como “o outro”, sempre vista de forma periférica e subordinada ao homem na construção social. Quando esse olhar é transposto para o urbanismo, vemos cidades desenhadas para o homem branco de classe média, sem considerar as especificidades das mulheres e outros grupos marginalizados, como negros e pessoas de baixa renda.

No Brasil, os dados da ActionAid (2017) revelam que 86% das mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de violência ou assédio em espaços públicos, e 69% afirmaram que sentiram medo de sair à noite. Essa percepção de insegurança está diretamente ligada à desigualdade social, uma vez que as mulheres de classes mais baixas carecem mais dos espaços públicos para se locomoverem, seja para trabalhar, estudar ou realizar outras atividades cotidianas. Além disso, elas tendem a viver em áreas mais vulneráveis, com menos acesso a serviços essenciais e infraestrutura de qualidade, o que aumenta sua exposição ao risco.

No entanto, não é apenas a desigualdade socioeconômica que amplifica a insegurança feminina, a própria configuração física do espaço urbano pode contribuir para aumentar a vulnerabilidade das mulheres. A urbanista Jane Jacobs (2000) argumenta que a segurança nos espaços públicos está fortemente relacionada à presença de pessoas e à diversidade de usos. Ruas movimentadas, com comércio, residências e lazer,

tendem a ser mais seguras, pois a circulação constante de pessoas inibe a ação de crimes. Por outro lado, ruas desertas ou monofuncionais, onde há pouco movimento fora do horário comercial, tornam-se ambientes propícios à ocorrência de crimes. Assim, a forma como a cidade é organizada impacta diretamente a segurança percebida pelas mulheres.

Raquel Rolnik (2019), em seu estudo sobre a urbanização no Brasil, destaca que o processo de segregação espacial nas cidades brasileiras é uma das principais causas da vulnerabilidade social. Áreas centrais, bem equipadas e com infraestrutura de qualidade, são muitas vezes inacessíveis às populações de baixa renda, que acabam vivendo em periferias desprovidas de serviços básicos. Essa segregação afeta diretamente as mulheres, que precisam se deslocar por longas distâncias para acessar trabalho, saúde e educação, utilizando transporte público muitas vezes precário e inseguro. Além disso, a ausência de iluminação adequada, a falta de policiamento e o abandono de espaços públicos aumentam a percepção de insegurança nessas regiões.

O planejamento urbano, então, tem um papel fundamental na perpetuação ou mitigação dessas desigualdades. Segundo Hillier (1984), a forma como as ruas são organizadas e conectadas pode aumentar ou diminuir a integração social, e isso tem um impacto direto na segurança urbana. Bairros isolados, mal conectados às principais vias da cidade, tendem a ser mais inseguros, tanto pela falta de infraestrutura quanto pela dificuldade de acesso a serviços de emergência, como policiamento. Portanto, compreender como o planejamento urbano contribui para a insegurança das mulheres é um passo essencial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Neste contexto, o presente artigo busca analisar o brilho entre desigualdade social e insegurança feminina, utilizando como estudo de caso a cidade de Presidente Prudente, em São Paulo. A cidade, assim como muitas outras de médio porte no Brasil, possui uma estrutura urbana desigual, com áreas centrais bem construídas e periferias carentes de infraestrutura. A pesquisa se propõe a investigar como as características espaciais e sociais da cidade afetam a percepção de segurança das mulheres, explorando tanto a configuração física dos espaços quanto os fatores socioeconômicos que influenciam essa percepção.

Por meio de uma revisão bibliográfica e da análise dos dados encontrados no campo, este estudo pretende contribuir para o debate sobre a

necessidade de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e a segurança urbana. Ao abordar as especificidades da vivência feminina nos espaços públicos, o artigo visa evidenciar como a desigualdade social impacta diretamente a segurança das mulheres e como o planejamento urbano pode ser transformado para criar cidades mais seguras e inclusivas para todos.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para examinar a relação entre desigualdade social e insegurança feminina em espaços públicos. A pesquisa foi dividida em três fases principais: revisão bibliográfica, levantamento de campo e análise dos dados coletados.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica aprofundada sobre os principais conceitos relacionados à desigualdade social, violência de gênero e planejamento urbano. O objetivo desta fase foi estabelecer um referencial teórico robusto que sirva de base para a análise empírica subsequente. Foram consultados autores clássicos e contemporâneos, como Jane Jacobs, que discute a importância da vitalidade urbana para a segurança dos espaços públicos, e Raquel Rolnik, que aborda as implicações da segregação espacial nas cidades brasileiras.

A revisão bibliográfica foi realizada em bases de dados acadêmicos, como o Portal de Periódicos da CAPES e a SciELO, utilizando termos de busca como “violência contra a mulher”, “segurança urbana”, “desigualdade social” e “planejamento urbano”. A seleção dos textos com critérios de relevância, priorizando publicações dos últimos dez anos, a fim de garantir que os conceitos e dados contidos sejam atuais e aplicáveis ao contexto urbano contemporâneo. Esta fase da pesquisa permitiu construir uma fundamentação teórica sólida, que guiou as próximas etapas e ajudou a delinear as hipóteses sobre a relação entre a estrutura urbana desigual e a insegurança feminina.

Para aprofundar a compreensão teórica, uma pesquisa utilizou um estudo de caso na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Esta cidade foi escolhida devido à sua configuração urbana característica, marcada por um centro bem desenvolvido e áreas periféricas com infraestrutura deficiente. Isso faz da estrutura de Presidente Prudente um exemplo claro

das disparidades socioespaciais que impactam diretamente a segurança de diferentes grupos sociais, especialmente das mulheres.

A cidade, além de ser cortada por uma linha férrea que historicamente separou áreas de ocupação de diferentes classes sociais, apresenta desigualdades gritantes na distribuição de infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos. O estudo de caso, portanto, oferece um cenário de segurança para a análise da relação entre vulnerabilidade social e insegurança nos espaços públicos. O recorte geográfico da pesquisa incluiu tanto o centro da cidade quanto bairros periféricos, como Ana Jacinta e Humberto Salvador, que foram apontados como áreas de alta incidência de violência contra mulheres.

A coleta de dados foi dividida em duas frentes: dados quantitativos e dados qualitativos. A primeira frente investiu na entrega de dados quantitativos sobre a violência contra a mulher na cidade de Presidente Prudente. Para isso, foram solicitados registros de boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, referentes ao período de 2014 a 2024. Esses dados foram organizados em planilhas e sistematizados para permitir uma análise detalhada dos padrões de violência em diferentes áreas da cidade. Foram extraídos dados sobre tipos de crimes, locais de ocorrência, faixa etária das vítimas e períodos do dia em que os crimes mais ocorrem. Com isso, foi possível mapear os principais pontos de vulnerabilidade na cidade.

A segunda frente da coleta de dados envolve uma pesquisa qualitativa com mulheres residentes em Presidente Prudente. Para isso, foi elaborado um questionário, baseado no Manual de Análise Urbana, Gênero e Vida Cotidiana, de Goikoetxea e Mendez (2010), que buscou captar as percepções dessas mulheres sobre sua segurança nos espaços públicos da cidade. O questionário foi aplicado via Google Forms e teve um alcance expressivo, com 656 respostas. As perguntas do questionário abordaram aspectos como os locais onde as mulheres se sentem mais inseguras, os horários em que evitam sair de casa, a relação entre infraestrutura urbana e segurança, e o perfil socioeconômico das entrevistadas.

A pesquisa qualitativa permitiu acessar uma dimensão mais subjetiva e experiencial da insegurança, algo que os dados quantitativos por si só não conseguem captar. Por exemplo, mulheres de diferentes classes sociais e bairros apresentaram percepções divergentes sobre o que consti-

tui um espaço seguro, evidenciando que a insegurança não é percebida de forma inovadora. Enquanto mulheres da classe média tendem a se preocupar com a falta de policiamento e iluminação em áreas de estacionamento, mulheres de baixa renda relatam maior insegurança ao utilizar o transporte público ou caminhar por ruas mal iluminadas e pouco movimentadas.

A análise dos dados encontrados foi realizada de forma integrada, combinando os resultados das abordagens qualitativas e quantitativas. Os dados quantitativos foram organizados em gráficos e tabelas, utilizando ferramentas como o Microsoft Excel, para visualizar os padrões de violência em diferentes partes da cidade. Além disso, foi realizado um mapeamento das áreas mais perigosas, utilizando o software QGIS, que permitiu sobrepor os dados de violência aos mapas de infraestrutura urbana, destacando, por exemplo, a visibilidade entre falta de iluminação e maior incidência de crimes.

A análise qualitativa foi realizada por meio da leitura cuidadosa das respostas dos questionários, identificando padrões e recorrências nas percepções das mulheres. Foi possível observar que a insegurança feminina nos espaços públicos está fortemente associada a fatores socioeconômicos e à qualidade da infraestrutura. Por exemplo, os bairros mais afastados do centro e com menor presença de serviços públicos foram descritos pelas mulheres como os mais inseguros. Além disso, uma pesquisa evidenciou a importância da iluminação pública, arborização e policiamento ostensivo como fatores determinantes para a sensação de segurança.

Ao integrar os dados quantitativos e qualitativos, uma pesquisa trouxe uma visão mais completa da relação entre desigualdade social e insegurança feminina em Presidente Prudente. Essa abordagem mista permitiu não apenas identificar os locais com maior incidência de violência, mas também compreender como a infraestrutura urbana e a vulnerabilidade social afetam a experiência das mulheres nos espaços públicos.

É importante destacar que o uso de métodos mistos, combinando análise de dados objetivos e subjetivos, foi fundamental para compreender as múltiplas dimensões da insegurança urbana feminina. O estudo de caso em Presidente Prudente ofereceu uma base sólida para explorar como desigualdades estruturais afetam diretamente a segurança das mulheres e como intervenções urbanas poderiam mitigar essas vulne-

rabilidades. O envolvimento direto das mulheres na pesquisa, por meio dos questionários, foi crucial para dar voz às suas experiências e tornar a análise mais sensível às particularidades do contexto local.

DESENVOLVIMENTO

Desigualdade Social e Espaços Públicos

A desigualdade social é uma característica estrutural das cidades contemporâneas e é profundamente enraizada na mesma medida em que os espaços públicos são organizados, distribuídos e acessados. As cidades brasileiras, em particular, carregam marcas profundas de exclusão social, resultado de décadas de um modelo de urbanização que prioriza a valorização do terreno e a especulação imobiliária, ao invés da promoção de uma infraestrutura urbana equitativa. Essa segregação urbana, conforme argumenta Rolnik (2019), reflete as posições sociais e econômicas existentes, gerando desigualdades espaciais que afetam diretamente a vivência das mulheres nos espaços públicos.

As desigualdades de classe, gênero e raça manifestam-se nos espaços urbanos de forma explícita. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), as populações mais pobres tendem a viver em áreas periféricas e carentes de infraestrutura adequada, enquanto os grupos de maior poder aquisitivo ocupam áreas centrais, com acesso privilegiado a serviços públicos e privados. Essa segregação espacial acentua as desigualdades sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que cria um ambiente hostil para as populações mais vulneráveis, como as mulheres de baixa renda, que dependem fortemente dos espaços públicos para suas atividades cotidianas.

Essa realidade torna-se ainda mais complexa quando se considera a experiência feminina. Conforme destaca Kern (2021), o espaço urbano, ao longo da história, foi projetado com uma perspectiva masculina, ignorando as necessidades específicas das mulheres. Esse planejamento urbano “masculinizado” reflete a organização patriarcal da sociedade, onde o espaço público é visto como domínio masculino, e as mulheres, por sua vez, são confinadas ao espaço privado. Esse modelo de urbanização não exclui apenas as mulheres, mas também contribui para a sua vulnerabilidade, uma vez que os espaços públicos tornam-se inseguros e hostis. Além das questões de gênero, a desigualdade social amplia ainda mais essa vulnerabilidade. As mulheres de classes mais baixas, que geral-

mente vivem em áreas periféricas, enfrentam maiores desafios ao transitar pelos espaços públicos. A precariedade da infraestrutura, como a falta de iluminação adequada, a ausência de policiamento e a pouca inexistência de áreas de lazer ou serviços públicos, tornam esses espaços perigosos e pouco convidativos para a circulação feminina. Segundo Saffioti (2015), a violência de gênero é amplificada pela desigualdade socioeconômica, pois mulheres pobres e negras estão mais expostas à violência urbana devido à sua maior dependência dos espaços públicos e do transporte coletivo.

Essa relação entre desigualdade social e insegurança feminina é visível na forma como as mulheres utilizam e percebem o espaço público. De acordo com um estudo da ActionAid (2017), 86% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência ou assédio em espaços públicos, como ruas, praças e transportes coletivos. Essas ocorrências são mais frequentes em áreas periféricas, onde a infraestrutura urbana é deficiente e a presença do Estado é mínima. Mulheres que vivem nessas áreas relatam um sentimento constante de medo e vulnerabilidade, especialmente durante a noite, quando a falta de iluminação e o abandono dos espaços públicos aumentam o risco de agressões.

O uso dos espaços públicos pelas mulheres também está diretamente ligado ao conceito de “direito à cidade”, cunhado por Henri Lefebvre (1968), que defende que todos os cidadãos devem ter acesso igualitário aos recursos e serviços urbanos. No entanto, para muitas mulheres, especialmente nas classes sociais mais baixas, esse direito é restrito. A cidade, em vez de ser um local de convivência e participação, torna-se um espaço de exclusão e violência. Rolnik (2019) complementa essa discussão ao argumentar que o planejamento urbano brasileiro, historicamente, tem perpetuado a exclusão das populações mais pobres, o que, por sua vez, reforça as desigualdades de gênero e raça.

No Brasil, a urbanização acelerada e desordenada das últimas décadas foi prejudicada na criação de bairros periféricos, muitas vezes sem qualquer tipo de planejamento urbano. Esses bairros, ocupados principalmente por populações de baixa renda, sofrem com a falta de serviços básicos, como saneamento, transporte e segurança pública. As mulheres que vivem nessas regiões, segundo Pain (2000), estão em uma posição de vulnerabilidade exacerbada, pois, além de enfrentarem as barreiras impostas pela pobreza, ainda lidam com o medo constante de assédio e violência nos espaços públicos que precisam frequentar. Esse cenário

cria uma dinâmica perversa, no qual as mulheres pobres são duplamente penalizadas pela sua condição social e pelo gênero.

A discussão sobre a segurança feminina nos espaços públicos também está relacionada à organização espacial das cidades e à forma como os bairros são integrados ou isolados. Hillier (1984) introduz o conceito de “integração espacial”, indicando que áreas mal conectadas às redes viárias tendem a ser mais perigosas, pois sua segregação física dificulta o acesso a serviços de emergência e facilita a ocorrência de crimes. Nos bairros periféricos, a ausência de uma malha viária eficiente e de conexões adequadas com o restante da cidade aumenta a sensação de isolamento e vulnerabilidade das mulheres que vivem.

A relação entre infraestrutura urbana e segurança é evidente quando analisamos as diferenças entre os bairros centrais e periféricos. Enquanto os bairros centrais de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, contam com boa iluminação, transporte eficiente e policiamento ostensivo, as periferias sofrem com a ausência desses serviços. Essa desigualdade na distribuição de recursos urbanos cria um ambiente inseguro para as mulheres, que, ao precisarem utilizar os espaços públicos, enfrentam uma série de riscos. De acordo com o relatório do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2018), as mulheres que utilizam o transporte público em regiões periféricas são mais propensas a sofrer violência, uma vez que os pontos de ônibus e terminais nessas áreas costumam ser mal iluminados e pouco movimentados, facilitando a ação de crimes.

Além da precariedade da infraestrutura, o próprio desenho urbano das cidades pode contribuir para a insegurança das mulheres. Jacobs (2000) argumenta que ruas mal planejadas, sem uma mistura de usos e sem a presença constante de pessoas, tendem a ser mais inseguras. A vitalidade urbana, caracterizada pela diversidade de usos, como comércio, lazer e moradia, é essencial para garantir a segurança nos espaços públicos. No entanto, nos bairros periféricos, essa diversidade é muitas vezes inexistente, o que torna as ruas desertas e perigosas, especialmente à noite. Para as mulheres que precisam transitar por essas áreas, a falta de transporte e de infraestrutura adequada aumenta o risco de serem vítimas de violência.

Outro ponto importante a ser discutido é a intersecção entre desigualdade social, gênero e raça. No Brasil, as mulheres negras e pobres são

as mais afetadas pela violência urbana. Isso reflete as desigualdades estruturais de uma sociedade marcada pelo racismo e pelo patriarcado, em que as mulheres negras são historicamente marginalizadas e restauradas dos espaços de poder. Conforme Saffioti (2015), essas mulheres estão sobre-representadas nas estatísticas de violência e, ao mesmo tempo, são as que têm menos acesso a serviços de proteção e justiça. A exclusão social e espacial que elas enfrentam agrava ainda mais sua vulnerabilidade, criando um ciclo de violência e marginalização.

Por fim, é importante destacar que a relação entre desigualdade social e segurança nos espaços públicos não pode ser resolvida apenas com medidas repressivas, como o aumento do policiamento. É necessário compensar o planejamento urbano de forma para promover a inclusão social e a equidade de gênero. Como sugere Kern (2021), o feminismo urbano propõe um redesenho das cidades que leve em consideração as necessidades específicas das mulheres, garantindo que elas possam circular gratuitamente e com segurança pelos espaços públicos. Isso inclui investimentos em infraestrutura, como iluminação pública, transporte eficiente e policiamento comunitário, mas também envolve a criação de políticas públicas que promovem a inclusão e a participação das mulheres no planejamento e na gestão das cidades.

Segurança Feminina e Espaços Urbanos

A segurança feminina nos espaços urbanos é um tema complexo que envolve uma série de fatores de segurança, desde a configuração física da cidade até a estrutura social que define os papéis de gênero. As mulheres, em muitos casos, vivenciam os espaços públicos de forma diferente dos homens, uma vez que são confrontadas com o medo constante de violência, assédio e outras formas de agressão. A percepção de insegurança afeta diretamente a forma como as mulheres se deslocam, usam e acessam os espaços urbanos. Conforme destaca Valentine (1989), a violência de gênero nos espaços públicos é tanto um aspecto real quanto percebido, e o medo dessa violência acaba restringindo a mobilidade das mulheres, limitando seu direito à cidade.

O conceito de “direito à cidade”, proposto por Henri Lefebvre (1968), defende que todos os cidadãos devem ter o direito de participar plenamente da vida urbana e acessar os recursos da cidade de forma igualitária. No entanto, esse direito é constantemente negado às mulheres, especialmente quando consideramos condições desiguais de segurança nos

espaços públicos. Muitas mulheres evitam certos lugares ou horários, especialmente à noite, por medo de serem assediadas ou violentadas. Esse medo de violência limita o direito das mulheres de ocupar a cidade e participar de suas dinâmicas de forma plena e segura.

A segurança urbana para as mulheres não se limita à presença de policiamento ou a medidas de segurança repressivas, como a instalação de câmeras de vigilância. Conforme argumenta Jacobs (2000), a segurança em uma cidade está diretamente ligada à vitalidade dos espaços públicos. Ruas movimentadas, com uma diversidade de usos, como comércio, lazer e moradia, oferecem uma maior sensação de segurança, pois há uma presença constante de pessoas observando e monitorando o espaço. Essa teoria, conhecida como “olhos nas ruas”, sugere que a convivência social em espaços urbanos densos inibe a ocorrência de crimes. No entanto, como aponta Kern (2021), essa abordagem não considera as particularidades da vivência feminina, uma vez que, para muitas mulheres, a simples presença de pessoas, em especial de homens, não garante segurança.

O medo do crime e da violência sexual, em particular, é uma constante na vida das mulheres que utilizam os espaços públicos. Estudos mostram que as mulheres, ao contrário dos homens, experimentam o espaço urbano de forma limitada, tomando precauções para evitar situações de risco. Elas costumam evitar ruas desertas, mal iluminadas ou com pouca circulação de pessoas. Essa percepção de insegurança é influenciada tanto por experiências pessoais quanto por uma construção social que reforça o medo feminino nos espaços públicos. Como sugere Pain (2000), o medo do crime é moldado não apenas por incidentes reais de violência, mas também pelas representações midiáticas e culturais da violência contra a mulher, que perpetuam a ideia de que as ruas são perigosas para elas.

Outro fator importante para a segurança das mulheres nos espaços urbanos é a qualidade da infraestrutura. A falta de iluminação pública, a presença de áreas abandonadas e a ausência de policiamento adequado são fatores que aumentam a vulnerabilidade das mulheres. Segundo o relatório da ActionAid (2017), 69% das mulheres entrevistadas em uma pesquisa sobre segurança urbana afirmaram que se sentem inseguras ao caminhar à noite, e muitas delas evitam sair de casa após certo horário por medo de serem atacadas. Esse medo é exacerbado em bairros periféricos e áreas com infraestrutura deficiente, onde a ausência do Es-

tado e a precariedade dos serviços públicos criam um ambiente favorável para a ocorrência de crimes.

A infraestrutura urbana precária é particularmente prejudicial para as mulheres que vivem em áreas de baixa renda, pois elas são mais dependentes do transporte público e das caminhadas a pé para se locomoverem pela cidade. Nos bairros mais pobres, a falta de iluminação, calçadas mal conservadas e pontos de ônibus isolados aumentam a vulnerabilidade das mulheres. Conforme argumenta Hillier (1984), a organização espacial das cidades pode contribuir para a segregação e a insegurança. Bairros mal conectados, com ruas estreitas e pouco acessíveis tendem a ser mais perigosos, pois sua configuração física dificulta o monitoramento e a presença de serviços de segurança.

O transporte público é outro espaço onde a insegurança feminina se manifesta de forma evidente. As mulheres que dependem de ônibus ou trens para se locomoverem frequentemente relatam episódios de assédio sexual e abuso. Segundo dados do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2018), as mulheres que utilizam o transporte público no Brasil são as mais vulneráveis a esse tipo de violência. Além disso, o próprio design do transporte público muitas vezes não considera as necessidades específicas das mulheres, como a falta de iluminação adequada nos pontos de ônibus ou a ausência de policiamento nas estações, o que cria uma sensação de insegurança constante. Essa precariedade no transporte público força muitas mulheres a limitar seus horários de saída e modular seu comportamento para evitar situações de risco.

O conceito de “segurança urbana” não pode ser dissociado de uma análise de gênero, uma vez que a vivência feminina nos espaços públicos é marcada por uma série de desigualdades. Conforme o argumento de Saffioti (2015), a violência contra a mulher, especialmente em espaços públicos, é uma manifestação de dominação patriarcal, que busca restringir a presença feminina em ambientes onde os homens historicamente têm. Para Saffioti, a cidade patriarcal é uma extensão do espaço doméstico, onde as mulheres continuam sendo subordinadas e vistas como figuras vulneráveis e frágeis, que precisam ser controladas e protegidas.

Além da infraestrutura física, a cultura urbana desempenha um papel importante na segurança das mulheres. A cultura do “machismo” ainda está muito presente nas ruas das cidades brasileiras, onde o assédio

sexual é comum e socialmente aceito em muitos contextos. Esse comportamento cria um ambiente de constante ameaça para as mulheres, que precisam lidar diariamente com olhares, comentários indesejados e até toques invasivos. Conforme Kern (2021) discute em sua obra sobre o urbanismo feminista, as cidades precisam ser redesenhadadas para desafiar essas normas culturais e criar espaços onde as mulheres possam circular livremente, sem medo de serem assediadas ou violentadas.

O feminismo urbano, conforme proposto por Kern (2021), sugere que o planejamento das cidades deve considerar uma perspectiva de gênero para garantir a segurança e o bem-estar de todas as pessoas. Isso inclui a criação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero nos espaços urbanos, como a melhoria da iluminação pública, a implementação de transportes seguros e acessíveis, e a promoção de campanhas de conscientização contra o assédio sexual nas ruas. Além disso, é necessário envolver as mulheres no processo de planejamento urbano, para que suas necessidades e experiências sejam levadas em consideração na criação de espaços públicos mais inclusivos e seguros.

Por fim, as políticas de segurança urbana precisam ser integradas a um planejamento urbano mais inclusivo e humanizado. Ao invés de focar apenas em medidas repressivas, como o aumento do policiamento ou a instalação de câmeras de segurança, é essencial criar espaços que promovam a convivência e o uso seguro para todas as pessoas, independentemente de seu gênero ou classe social. Conforme sugere Newman (1973), a criação de “espaços defensáveis” pode ser uma solução para aumentar a segurança, mas essa abordagem precisa ser complementada por uma infraestrutura urbana que valoriza a inclusão e a participação das mulheres no uso do espaço público.

Portanto, a segurança feminina nos espaços urbanos está diretamente relacionada à forma como as cidades são planejadas e organizadas. Para garantir que as mulheres possam desfrutar de seu direito à cidade de forma plena e segura, é necessário compensar o urbanismo a partir de uma perspectiva de gênero, promovendo políticas públicas que garantam a inclusão, a equidade e a segurança em todos os espaços urbanos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Perfil Socioeconômico das Mulheres e Ocupação dos Espaços Públicos

A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres está intrinsecamente ligada ao seu perfil socioeconômico, um fator determinante tanto para a mobilidade quanto para a percepção de segurança. Mulheres de diferentes classes sociais, idades e raças experimentam os espaços urbanos de maneiras distintas, essas experiências são diretamente influenciadas pela desigualdade social que permeia a organização das cidades. Estudos mostram que a vulnerabilidade das mulheres nos espaços públicos aumenta à medida que seu *status* socioeconômico diminui, especialmente em contextos urbanos de segregação e exclusão social.

Na cidade de Presidente Prudente, esse padrão se confirma de maneira clara. De acordo com os dados coletados durante o estudo de caso, as mulheres residentes em áreas periféricas, como os bairros de Ana Jacinta e Humberto Salvador, afirmaram maiores níveis de insegurança em comparação com mulheres que vivem em áreas centrais, onde a infraestrutura é mais desenvolvida. Essas áreas periféricas, além de serem distantes do centro da cidade, possuem características típicas de regiões marginalizadas, como falta de iluminação, ausência de serviços públicos adequados e escasso policiamento, o que contribui significativamente para a percepção de insegurança.

Mulheres de classes sociais mais baixas enfrentam desafios diários no uso dos espaços públicos, principalmente devido à sua maior dependência do transporte público e à necessidade de transitar por ruas mal iluminadas ou desertas. Segundo Pain (2000), a vulnerabilidade dessas mulheres não se deve apenas à violência real, mas também à percepção de que estão mais expostas aos riscos, o que leva a modificar seus comportamentos. As entrevistas realizadas durante o estudo revelaram que 72% das mulheres que vivem em áreas periféricas evitam sair de casa à noite, principalmente devido ao medo de assaltos, assédio ou violência sexual. Esse número é significativamente mais alto entre as mulheres que vivem em áreas centrais, onde apenas 40% disseram a mesma preocupação.

Essa disparidade entre o centro e a periferia também reflete o acesso desigual aos serviços públicos e à infraestrutura urbana. As áreas centrais

de Presidente Prudente contam com melhores condições de segurança, com maior presença de policiamento e ruas bem iluminadas, além de uma maior circulação de pessoas e atividades econômicas. Essas características são para uma sensação de segurança mais robusta entre as mulheres que vivem nessas regiões. Jacobs (2000) defende que a vitalidade urbana, caracterizada pela presença constante de pessoas e pela mistura de usos, é um dos principais fatores que garantem a segurança nos espaços públicos. No entanto, essa vitalidade está freqüentemente ausente nas áreas periféricas, onde a circulação de pessoas é reduzida e os espaços públicos, como praças e ruas, são pouco utilizados e, muitas vezes, abandonados.

Além disso, o perfil socioeconômico das mulheres está diretamente relacionado ao tipo de espaço público que elas utilizam e à frequência com que esses espaços são ocupados. Mulheres de classes mais altas tendem a utilizar menos os espaços públicos para suas atividades cotidianas, pois possuem maior acesso ao transporte privado, o que reduz sua exposição a ambientes potencialmente perigosos. Em contrapartida, as mulheres de classes mais baixas, que dependem do transporte público e da mobilidade a pé, estão mais freqüentemente presentes nas ruas, pontos de ônibus e terminais de transporte, onde a insegurança é maior. Essas mulheres, conforme destaca Saffioti (2015), estão mais expostas à violência cotidiana, especialmente ao assédio sexual, que é uma forma recorrente de violência de gênero nos espaços urbanos.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a interseccionalidade entre gênero, classe e raça. No Brasil, as mulheres negras e de baixa renda são, em geral, as mais vulneráveis à violência urbana. Uma pesquisa revelou que, em Presidente Prudente, as mulheres negras têm uma percepção de insegurança maior do que as mulheres brancas, especialmente em bairros periféricos. Isso reflete uma realidade que também é observada em outras cidades brasileiras, onde o racismo estrutural e a exclusão social colocam as mulheres negras em uma posição de maior risco. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019), as mulheres negras estão sobre-representadas nas estatísticas de violência, e essa situação é ainda mais grave em áreas pobres e desprovidas de infraestrutura.

Esses dados reforçam a ideia de que a ocupação de espaços públicos por mulheres é uma característica que deve ser investigada à luz das desigualdades sociais mais amplas. A violência de gênero não é um problema isolado, mas está intrinsecamente ligada à exclusão econômica

e racial que afeta grande parte da população feminina, especialmente aquelas que vivem nas periferias urbanas. Além disso, o medo da violência também está relacionado à falta de políticas públicas que promovam a segurança e o bem-estar das mulheres nos espaços públicos. A ausência de iluminação adequada, a falta de policiamento comunitário e a precariedade dos transportes públicos são alguns dos fatores que contribuem para a perpetuação dessa vulnerabilidade.

No contexto das periferias de Presidente Prudente, o transporte público é um espaço particularmente exigido para as mulheres. Os dados encontrados mostram que 78% das mulheres que utilizam ônibus ou vans para se deslocarem relatam ter sofrido algum tipo de assédio, especialmente durante os horários de pico, quando os veículos estão lotados e há pouca supervisão por parte das autoridades. Esse tipo de violência cria um ambiente de medo e desconfiança, que impacta diretamente a mobilidade das mulheres e sua capacidade de acesso aos recursos da cidade. Para muitas vezes, o medo do assédio ou da violência física leva a evitar o transporte público ou a alterar seus horários de trabalho ou estudo, de forma a minimizar o tempo passado em situações de risco.

A dependência das mulheres periféricas do transporte público e dos espaços públicos para suas atividades diárias, como trabalho, escola e cuidados com a família, as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade. Conforme explica Rolnik (2019), essa exclusão socioespacial é um reflexo da própria estrutura desigual das cidades brasileiras, onde o acesso aos recursos urbanos está concentrado nas áreas centrais e de maior renda, enquanto as periferias são negligenciadas pelas políticas públicas e pelos investimentos em infraestrutura. As mulheres que vivem nessas áreas não enfrentam apenas a violência física, mas também a violência simbólica de uma cidade que não foi projetada para incluí-las. Além da violência física e do assédio, a sensação de insegurança também tem um impacto psicológico nas mulheres, afetando sua saúde mental e emocional. Muitas mulheres entrevistadas relataram sintomas de ansiedade e estresse relacionados ao medo de transitar pelos espaços públicos, especialmente à noite. Esse medo constante limita suas opções de lazer e socialização, restringindo ainda mais sua participação na vida urbana. A exclusão das mulheres do espaço público, seja por medo ou por falta de condições adequadas de segurança, reflete a forma como as desigualdades sociais afetam não apenas a mobilidade física, mas também a qualidade de vida e o bem-estar psicológico das mulheres.

Por outro lado, é importante considerar que as mulheres têm se mobilizado para enfrentar essas barreiras. Movimentos feministas urbanos têm surgido em várias cidades do Brasil, promovendo a ocupação de espaços públicos de forma ativa e reivindicando o direito das mulheres de circular livremente pela cidade. Iniciativas como caminhadas noturnas, grupos de autodefesa e campanhas contra o assédio nos transportes públicos são exemplos de como as mulheres estão lutando para transformar os espaços urbanos em lugares mais seguros e inclusivos. No entanto, essas iniciativas ainda são limitadas na sua capacidade de alterar as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade e a violência de gênero.

Por fim, uma análise do perfil socioeconômico das mulheres e sua relação com a ocupação dos espaços públicos em Presidente Prudente revela que a desigualdade social é um dos principais fatores que determinam a forma como as mulheres experimentam a cidade. Mulheres de baixa renda, especialmente as negras e as que vivem em áreas periféricas, estão mais expostas à violência e ao assédio, e sua mobilidade é severamente limitada pelo medo da violência. Para que essas mulheres possam exercer plenamente seu direito à cidade, é fundamental que as políticas públicas considerem as especificidades de gênero, raça e classe no planejamento urbano, promovendo uma cidade mais justa e segura para todos.

Infraestrutura Urbana e Segurança

A infraestrutura urbana desempenha um papel crucial na segurança dos cidadãos, especialmente das mulheres, que são frequentemente mais vulneráveis à violência nos espaços públicos. A ausência ou inadequação de serviços básicos, como iluminação, transporte público de qualidade e policiamento, tem um impacto direto na percepção de segurança e na incidência de crimes. No contexto da desigualdade social, esses problemas são ainda mais acentuados nas áreas periféricas e de baixa renda, onde a falta de investimentos públicos agrava a insegurança. Em Presidente Prudente, os dados do estudo de caso mostram claramente que a precariedade da infraestrutura urbana contribui significativamente para o aumento da vulnerabilidade das mulheres.

A falta de iluminação pública é um dos fatores mais frequentemente apontados pelas mulheres entrevistadas como determinante para a sensação de insegurança. De acordo com uma pesquisa realizada, 68% das

mulheres residentes em bairros periféricos afirmaram evitar sair de casa à noite devido à falta de iluminação adequada nas ruas e nos pontos de transporte público. Esse dado é particularmente preocupante, pois revela como um aspecto básico da infraestrutura pode influenciar diretamente a mobilidade e o bem-estar das mulheres. Em áreas centrais, onde a iluminação pública é mais presente e eficaz, o número de mulheres que evitam sair à noite é significativamente menor, ficando em torno de 35%. Isso demonstra a expansão direta entre iluminação pública e segurança percebida.

A literatura sobre criminologia ambiental apoia essa percepção, mostrando que uma iluminação pública adequada pode inibir a ocorrência de crimes. Wilson e Kelling (1982), por exemplo, em sua teoria das “Janelas Quebradas”, afirmam que ambientes urbanos degradados, mal iluminados ou abandonados transmitem uma mensagem de descuido e desordem, o que encoraja comportamentos violentos. Nesse sentido, áreas com infraestrutura precária são vistas como mais suscetíveis a crimes, pois a ausência de controle social e a falta de manutenção criam um ambiente propício para atos de violência. As mulheres, em particular, são mais afetadas por essa sensação de desordem urbana, uma vez que, como sugerem Pain (2000) e Kern (2021), o medo da violência é uma constante em suas vidas cotidianas.

A precariedade da infraestrutura nos bairros periféricos também se manifesta na qualidade do transporte público. Nos bairros mais distantes do centro de Presidente Prudente, o transporte coletivo é uma das principais formas de locomoção das mulheres, especialmente aquelas de baixa renda. No entanto, a falta de pontos de ônibus adequados, a ausência de iluminação nas paradas e a baixa frequência dos veículos aumentam a vulnerabilidade entre as mulheres. Durante as entrevistas, muitos disseram que evitavam usar o transporte público à noite, preferindo caminhar longas distâncias para evitar ficar paradas em locais isolados ou mal iluminados. Essa escolha, no entanto, expõe outros tipos de riscos, como o assédio e a violência sexual.

O transporte público também é um ambiente onde o assédio sexual é comum. Em um estudo realizado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2018), 78% das mulheres que utilizam transporte público relataram ter sofrido algum tipo de assédio, seja físico ou verbal. Esse dado reflete uma realidade amplamente discutida por pesquisadores que estudam o tema da mobilidade urbana e de gênero. Kern

(2021) argumenta que o transporte público, por ser um espaço muitas vezes despersonalizado e superlotado, cria condições adequadas para o assédio, uma vez que as mulheres estão em constante contato físico com estranhos e não há mecanismos eficientes para denunciar ou evitar essas situações. Em Presidente Prudente, essa realidade é confirmada pelos dados do estudo de caso, que mostram que as mulheres que utilizam transporte público em áreas periféricas, onde há menos supervisão e presença do Estado, relatam sentir-se mais vulneráveis.

Além da iluminação e do transporte, a qualidade dos espaços públicos como um todo afeta diretamente a segurança das mulheres. Praças, parques e calçadas mal conservadas ou abandonadas são vistas como áreas de risco, especialmente à noite. A falta de manutenção desses espaços, muitas vezes ligada à ausência de investimentos públicos em áreas de baixa renda, faz com que eles se tornem locais de exclusão, ao invés de serem locais de convivência e socialização. Jacobs (2000) argumenta que os espaços públicos que são bem utilizados e frequentados por uma diversidade de pessoas tendem a ser mais seguros, pois a presença de “olhos nas ruas” – ou seja, de pessoas que observam e interagem nos espaços – inibe a ação de crimes. No entanto, em áreas onde os espaços públicos são negligenciados, essa vitalidade urbana está ausente, o que aumenta a sensação de insegurança.

Os bairros periféricos de Presidente Prudente, como Ana Jacinta e Humberto Salvador, exemplificam bem essa situação. Nesses locais, como praças e parques, são pouco frequentemente utilizados devido à falta de infraestrutura, como bancos, iluminação ou áreas de lazer adequadas. As mulheres entrevistadas disseram que evitam frequentar esses espaços, especialmente à noite, pois são vistos como pontos de encontro de grupos de homens ou de pessoas envolvidas em atividades ilícitas, o que aumenta a sensação de risco. Isso reflete o que Hillier (1984) chama de “integração espacial”, ou seja, a maneira como os espaços urbanos estão conectados entre si e com a malha urbana mais ampla. Quando os espaços públicos estão isolados ou mal integrados, eles se tornam áreas de insegurança e exclusão.

A infraestrutura urbana precária também tem um impacto psicológico significativo nas mulheres. O medo constante de violência e a necessidade de tomar precauções ao utilizar os espaços públicos geram estresse e ansiedade, afetando sua qualidade de vida. As mulheres entrevistadas no estudo de caso disseram que, muitas vezes, preferem mudar seus

horários de trabalho ou estudo para evitar sair de casa à noite, ou que limitam suas oportunidades profissionais e educacionais. Esse comportamento reflete uma forma de “autopolicimento” que as mulheres exercem sobre si mesmas, conforme argumenta Kern (2021), para minimizar o risco de exposição à violência. No entanto, essas limitações de liberdade têm um custo alto, pois impedem que as mulheres participem plenamente da vida urbana e acessem os recursos que a cidade tem a oferecer.

A relação entre infraestrutura urbana e segurança também está relacionada à presença do Estado nos bairros periféricos. Conforme argumenta Rolnik (2019), a ausência do poder público em áreas de baixa renda contribui para a perpetuação da violência e da exclusão social. Quando o Estado não investe em infraestrutura, serviços públicos e segurança nessas áreas, os moradores – especialmente as mulheres – ficam mais vulneráveis a diferentes formas de violência. Esse descaso por parte do poder público reflete as desigualdades estruturais que caracterizam as cidades brasileiras, onde os recursos estão concentrados em áreas centrais e de maior renda, enquanto as periferias são deixadas à margem do desenvolvimento urbano.

Por outro lado, os dados também mostram que intervenções urbanas simples, como a melhoria da iluminação pública e a revitalização de espaços de lazer, podem ter um impacto significativo na percepção de segurança. Mulheres que vivem em bairros onde houve investimentos recentes em infraestrutura, dizem sentir-se mais seguras ao utilizar os espaços públicos, mesmo em horários mais arriscados, como à noite. Isso reflete a importância de políticas públicas que promovam a inclusão e a segurança urbana, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade. Conforme argumenta Jacobs (2000), a presença de uma infraestrutura urbana bem mantida e de espaços públicos vibrantes pode transformar a experiência das mulheres nos espaços urbanos, garantindo que elas possam circular livremente e sem medo.

Portanto, a infraestrutura urbana é um fator determinante para a segurança das mulheres em Presidente Prudente. A falta de iluminação, a precariedade do transporte público e a ausência de manutenção dos espaços públicos criam um ambiente propício à violência e ao assédio, limitando a mobilidade e a participação das mulheres na vida urbana. Para reverter essa situação, é fundamental que as políticas públicas se concentrem na melhoria da infraestrutura das áreas periféricas, promovendo uma ci-

dade mais justa e segura para todos os seus habitantes, especialmente as mulheres. A revitalização dos espaços públicos, a implementação de sistemas de transporte seguros e acessíveis, e o aumento da presença do Estado nessas áreas são passos essenciais para garantir que as mulheres possam exercer plenamente seu direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revela que a desigualdade social é um fator determinante para a insegurança feminina nos espaços públicos. A falta de infraestrutura adequada, aliada ao planejamento urbano excludente, agrava a vulnerabilidade das mulheres, especialmente nas áreas periféricas. Para mitigar esses problemas, é fundamental que as políticas públicas priorizem a equidade de gênero no planejamento urbano, promovendo espaços inclusivos e seguros para todas as pessoas.

A transformação dos espaços urbanos com uma perspectiva feminista, como sugere Kern (2021), pode reduzir significativamente a insegurança. Isso inclui investimentos em iluminação pública, maior presença de policiamento e a criação de espaços de convivência que promovem a presença constante de pessoas. Além disso, é crucial envolver as mulheres no processo de planejamento das cidades, garantindo que suas necessidades e experiências sejam levadas em consideração.

As conclusões deste estudo apontam para a necessidade de uma abordagem integrada, que considere tanto os aspectos sociais quanto espaciais na formulação de políticas de segurança pública. Somente com uma cidade mais inclusiva será possível garantir que todas as mulheres possam ocupar os espaços públicos de forma segura e plena.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. Relatório sobre a Violência Contra as Mulheres nos Espaços Públicos. 2017. Disponível em: [https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/1%20-%20A%20VIOL%C3%8ANCIA%20DE%20G%C3%8ANERO%20CONTRA%20A%20MULHER%20NOS%20ESPA%C3%87OS%20P%C3%9ABLICOS\(3\).pdf](https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/1%20-%20A%20VIOL%C3%8ANCIA%20DE%20G%C3%8ANERO%20CONTRA%20A%20MULHER%20NOS%20ESPA%C3%87OS%20P%C3%9ABLICOS(3).pdf).

AFONSO, Alcilia. Notas sobre métodos para a pesquisa arquitetônica patrimonial. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 4, n. 3, p. 54-70, dez. 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2004.

GOIKOETXEA, J.; MENDEZ, M. **Manual de Análise Urbana, Gênero e Vida Cotidiana - Mapa da Cidade Proibida para as Mulheres**. Bilbau: Punt6, 2010.

HILLIER, B. **A lógica social do espaço**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório sobre Mobilidade e Gênero no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-14.pdf>.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KERN, L. **A Cidade Feminista**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

NEWMAN, O. **Espaço Defensável**: Prevenção do Crime por meio do Design Urbano. Nova York: Macmillan, 1973.

PAIN, R. Lugar, relações sociais e o medo do crime: uma revisão. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 3, p. 365-387, 2000.

PIÑON, Helio. **El sentido de la arquitectura moderna**. Barcelona: Ediciones UPC, 1997.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SAFFIOTI, H. **Patriarcado, Violência e Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VALENTINE, G. A geografia do medo das mulheres. **Área**, v. 21, n. 4, p. 385-390, 1989.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Janelas quebradas: a polícia e a segurança do bairro. **The Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982.